



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

L E I Nº 011/89

EMENTA: Institui o Código de Posturas e dá outras providências para o Município de Surubim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuinto as necessárias relações entre o poder público e os municípios.

Art. 2º - Ao Prefeito e em geral aos funcionários municipais incumbe pela observância dos preceitos deste código.

CAPÍTULO II

Infrações e Penas

Art. 3º - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso do seu poder de polícia.



Estado de Pernambuco

Prefeitura Municipal do Surubim

02.

Art. 4º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém e praticar infração e ainda os encarregados da execução das leis, que tendo conhecimento de infração deixaram de autuar o infrator.

Art. 5º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e constará em multa, fixada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º - A multa não paga regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 7º - O valor das multas, bem como as taxas previstas nos dispositivos deste Código serão fixadas por decreto do Executivo.

Art. 8º - As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Art. 159 do Código Civil.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

03.

Art. 9º - Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura, ou depositada em mãos do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 10º - No caso de não ser reclamado ou retirado dentro de 60 (sessenta) dias, a coisa apreendida será vendida em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o Artigo e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

CAPÍTULO III

Autos de Infração

Art. 11º - Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município.

Art. 12º - Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos chefes de serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

04.

que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 13º - Ressalvada a hipótese do parágrafo único do Art. 12º, são autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

X **Art. 14º** - Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;
- III - o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV - a disposição infringida;
- V - a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 15º - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO IV

Processo de Execução



Estado de Pernambuco

Prefeitura Municipal do Surubim

05.

Art. 16º - O infrator terá prazo determinado para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 17º - Julgada improcedente, sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la, em prazo determinado.

TÍTULO II

Higiene Pública

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 18º - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, dos estabelecimentos de diversão, de alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e poço-gas.

Art. 19º - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente o relatório circunstanciado, sugerindo, medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for alçada do Governo Municipal, ou solicitará providências junto às autoridades federais ou estaduais competentes.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

06.

CAPÍTULO II

Higiene das Vias Públicas

- Art. 20º - O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos é da responsabilidade da Prefeitura.
- Art. 21º - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio sarjeta fronteiros à sua residência.
- Art. 22º - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, vales, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.
- Art. 23º - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:
- I - consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
 - II - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou qualquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança nas ruas onde houver coleta de lixo regular;
 - III - lavar roupas ou tratar qualquer tipo de alimento em chafarizes, fontes, tanques ou torneiras situados nos logradouros públicos.
- Art. 24º - Não é permitido, dentro do perímetro urbano a instalação de estrumeiras ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

CAPÍTULO III

Higiene das Habitações



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

07.

Art. 25º - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na vila, ou povoado.

Art. 26º - O lixo domiciliar será recolhido e movido pelo serviço de limpeza pública, porém os lixos provenientes das fábricas, oficinas e restos de material de construção ou demolição, também poderão ser removidos pelo poder público, cabendo o ônus da remoção aos respectivos inquilinos ou proprietários.

CAPÍTULO IV

Higiene da Alimentação

Art. 27º - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Art. 28º - Não será permitida a produção ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, ou de alguma forma nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização ou removidos para local destinado à inutilização.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que pesem sobre o mesmo em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

08.

da licença para o funcionamento da fábrica ou comércio.

Art. 29º - Não é permitido a comercialização em açougues, mercados ou similares, de carne de bovinos, suínos ou caprinos que não tenham sido abatidos em matadouro sujeito à fiscalização.

TÍTULO III

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.

CAPÍTULO I

Sossego Público

Art. 30º - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendem bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Art. 31º - É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos depois de 22 horas.

Art. 32º - As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoito horas.

CAPÍTULO II

Divertimentos Públicos

Art. 33º - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

09.

Art. 34º - Ao conceder a autorização, caberá à Prefeitura as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar ordem e segurança dos divertimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

CAPÍTULO III

Trânsito Público

Art. 35º - É proibido emburacar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite, de acordo com as exigências, regulamentos do órgão público encarregado do trânsito e Código Nacional de trânsito.

CAPÍTULO IV

Medidas Referentes ao Animais

Art. 36º - É proibido:

- I - Criar e manter apiários para fins de exploração comercial no perímetro urbano;



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

10.

- X II - Criação ou engorda, no perímetro urbano, de espécies animais, para fins de exploração comercial, que de alguma forma provoque poluição ambiental, nos termos do Art. 2º da Lei nº 29/86 de 16/12/86;
- III - A circulação nas vias públicas de animais criados para consumo domiciliar.

CAPÍTULO V

Vias Públicas

Art. 37º - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

- I - serem aprovados quanto à sua localização, pela Prefeitura, mediante solicitação dos interessados;
- II - não perturbarem o trânsito público;
- III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;
- IV - serem removidos num prazo máximo a ser fixado pela Prefeitura a contar do encerramento dos festejos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Uma vez findo o prazo estabelecido no Item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque cobrando ao responsável as despesas de remoção.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

II.

Art. 38º - O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art. 39º - É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Art. 40º - Nas árvores dos logradouros públicos não será permitido a colocação de cartazes e anúncios, sem a fixação de cabos ou fios, sem a autorização da Prefeitura.

Art. 41º - As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I - Terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II - Não perturbarem o trânsito Público.

CAPÍTULO VI

Inflamáveis e Explosivos

Art. 42º - No interesse público a Prefeitura concederá licença especial e fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

CAPÍTULO VII

Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

12.

Art. 43º - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, observando as restrições que julgar convenientes em defesa da segurança pública.

Art. 44º - A instalação de olarias nas zonas urbanas do Município deve obedecer as seguintes prescrições:

- I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emissão nocivas;
- II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirando o barro.

Art. 45º - É proibido a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

- I - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;
- II - quando modifiquem as margens dos mesmos;
- III - quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;
- IV - quando de algum modo possam oferecer perigos à pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

CAPÍTULO VIII

Muros, Cercas e Passeios



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

13.

Art. 46º - Os proprietários de terrenos não edificados nos principais logradouros pavimentados, são obrigados a murá-los no seu alinhamento.

CAPÍTULO IX

Anúncios e Cartazes

Art. 47º - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura.

Art. 48º - A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliação de voz, alto-falante e propagandistas, assim como feitas por meio do cinema ambulante, ainda que mudo, está igualmente sujeita à previa licença.

Art. 49º - Os anúncios encontrados sem licença serão apreendidos e retidos pela Prefeitura.

TÍTULO IV

Do Licenciamento e Funcionamento dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais.

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

Indústrias e Comércio Localizado

Art. 50º - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

14.

PARÁGRAFO ÚNICO - O requerimento deverá especificar com clareza:

- I - o ramo do comércio ou da indústria, segundo o modelo de classificação do IBGE;
- II - o montante do capital investido;
- III - o local em que o requerente pretende exercer sua atividade, compreendendo número, nome da rua e bairro ou setor;
- IV - área que pretende utilizar especificamente para a atividade requerida;
- V - número de empregados quando se tratar de indústria.

Art. 51º - A licença de localização poderá ser cassada:

- I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - como medida preventiva, a bem da higiene e da segurança pública;
- III - se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente quando solicita do a fazê-lo;
- IV - por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A nova licença poderá ser concedida mediante o pagamento de multa estipulada pela Prefeitura.

SEÇÃO II

Comércio Ambulante



Estado de Pernambuco

Prefeitura Municipal do Surubim

15.

Art. 52º - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

PARÁGRAFO ÚNICO - O vendedor ambulante não licenciado e que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 53º - É proibido ao vendedor ambulante sob pena de multa:

- I - estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros.

CAPÍTULO II

Horário e Funcionamento

Art. 54º - A Prefeitura Municipal poderá mediante solicitação das classes interessadas, e por motivo de conveniência pública prorrogar e alterar o horário dos estabelecimentos comerciais e industriais, bem como fixar seu funcionamento em horários especiais.

Art. 55º - As farmácias quando fechadas deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

16.

TÍTULO V
Poluição Ambiental

Art. 56º - Considera-se poluição ambiental, a alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de energia em substância sólida, líquida ou gasosa de combinações de elementos liberados ou lançados em níveis capazes, direta ou indiretamente de:

- I - prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- III - ocasionar danos relevantes à flora, a fauna e a outros recursos naturais;
- IV - se caracterizado como poluição nos termos do Art 2º da Lei nº 29/86, de 16/12/86.

Art. 57º - Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar e no solo.

Art. 58º - A municipalidade exigirá prévio licenciamento do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente - CONDEMA, na concessão das licenças municipais, nos seguintes casos:

- I - na construção, instalação e ampliação de qualquer atividade de produção e transformação;
- II - no parcelamento do solo urbano;
- III - em outras atividades potencialmente poluidoras na forma da presente Lei.



Estado de Pernambuco
Prefeitura Municipal do Surubim

17.

Art. 59º - Não é permitido depositar, dispor, descarregar, enter-
rar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qual-
quer estado de matéria, desde que poluente.

Art. 60º - O solo somente poderá ser utilizado para destino fi-
nal de resíduos de quaisquer natureza, desde que sua
disposição seja feita de forma adequada, estabelecida
em projetos específicos de transporte e destino fi-
nal, ficando vedada a simples descarga do depósito se-
ja em propriedade pública ou particular.

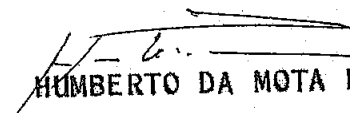
Art. 61º - Qualquer indício, denúncia ou suspeita de poluição, '
ensejará uma ação fiscalizadora do Município solida-
riamente com o CONDEMA.

TÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 62º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim, em 18
de maio de 1989.


HUMBERTO DA MOTA BARBOSA

- Prefeito -